



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA-PB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL

Linha de Pesquisa: Planejamento Territorial Urbano e Rural

Jhef Costa da Silva

Plano Estratégico para o Desenvolvimento Local da Cidade de
Itapororoca/PB

Guarabira-PB
JUNHO/2012

Jhef Costa da Silva

Plano Estratégico para o Desenvolvimento Local da Cidade de Itapororoca/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano Rural e Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito para obtenção do título de Especialista em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra. Luciene Vieira de Arruda

Guarabira-PB
JUNHO/2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586p Silva, Jhef Costa da

Plano estratégico para o desenvolvimento local da
cidade de Itapororoca - PB / Jhef Costa da Silva. –
Guarabira: UEPB, 2012.

33f.: Il. ; Color.

Monografia (Especialização em Geografia e
Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental) –
Universidade Estadual da Paraíba.

Jhef Costa da Silva

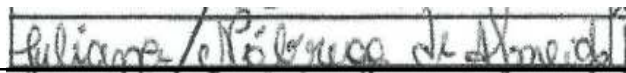
Plano Estratégico para o Desenvolvimento Local da Cidade de Itapororoca/PB

Aprovado em 15/ ____ / 2012

Banca Examinadora



Profª Dra. Luciene Vieira de Arruda - Orientadora



Prof. Ms. Juliana Nóbrega de Almeida. - Examinadora



Prof. Ms. Alexandre Peixoto Faria Nogueira - Examinador

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas responsáveis pelo meu progresso intelectual, a família e amigos, pelo apoio incansável e a Deus pela oportunidade de estar nesta atual existência, dedico.

AGRADECIMENTOS

.Ao Pai Celestial, pela oportunidade de me conceder o discernimento entre o certo e o errado, de ser um cidadão de bem consciente de meus deveres.

A minha família material que me proporcionou as condições necessárias para estudar e melhorar intensamente no meio educacional.

A minha família universal que se acercou de mim através de incentivos e palavras de motivo, que fizeram gerar em mim, a força ininterrupta de nunca desistir.

Aos meus colegas de sala que se tornam verdadeiros amigos, e que agora fazemos parte de uma família.

A todos meus professores que concederam momentos inesquecíveis de aprendizagens e pesquisa na academia.

A minha orientadora Prof. Luciene Vieira de Arruda, que nunca hesitou em me dar forças pra não desistir, e pelo conhecimento ímpar que passou a todos nós.

A banca examinadora, pela disponibilidade, atenção no meu trabalho e as dicas para que o mesmo avance cada vez mais.

A todos agradeço, e que Deus nos cubra de grandes realizações, hoje agora e sempre.

“Centros urbanos modernos não destroem a experiência humana. O que a destrói é a civilização que adotamos”.

(Milton Santos)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização geográfica do município de Itapororoca – PB.	19
FIGURA 2	Geologia do Município de Itapororoca - PB	20
FIGURA 3	Solos do Município de Itapororoca - PB	21
FIGURA 4	Vista aérea do município de Itapororoca – PB em 2011	25
FIGURA 5	Loteamento Cidade Alta	26
FIGURA 6	Loteamento São João	26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	População Total, Urbana e Rural do Município de Itapororoca – PB	22
-----------------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Evolução da População Urbana e Rural de Itapororoca – PB	23
------------------	--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Mapa da Expansão Urbana de Itapororoca – PB em 2012	27
QUADRO 2	Marco da Transformação Urbana de Itapororoca–PB de 1970 a 2012	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1	Desenvolvimento Local e Regional	12
2.2	Importância dos planos de desenvolvimento no crescimento urbano	13
2.3	Implantação de Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) nas pequenas cidades	14
3	MATERIAL E MÉTODOS	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
4.1	Localização e Caracterização da Área de Estudo	19
4.2	Migração campo-cidade no município de Itapororoca/PB	22
4.3	Crescimento Urbano do Município de Itapororoca – PB	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31

SILVA, Jhef Costa. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento Local da Cidade de Itapororoca/PB**. (Artigo Científico, Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental – UEPB) 2012. 32p.

RESUMO

Entender os aspectos de transformação urbana e o dinamismo que ela proporciona, é de fundamental importância para um futuro planejamento e expansão da sociedade, hoje alocada em sua maior parte, nas áreas urbanas. Avaliar e compreender este processo se torna imprescindível para a realização da ocupação do espaço geográfico. O presente trabalho tem como objetivo informar e mostrar um plano estratégico para o desenvolvimento local da cidade de Itapororoca/PB e despertar as autoridades para a execução deste planejamento urbano tendo em vista o bem-estar da população e um avanço da cidade. O método empregado constituiu-se de revisão bibliográfica, agregada a uma investigação exploratória e descritiva, por meio de visitas de campo, levando em consideração as observações do autor e das visitas realizadas. Itapororoca possui um grande potencial de crescimento urbano, que precisa ser repensado levando em consideração as formas de sua ocupação, para reorganizar o seu espaço urbano, partindo do pressuposto do planejamento que norteia, prevê e dinamiza a forma de ocupação desses espaços, proporcionando um iminente bem estar social e um equilíbrio entre meio ambiente e os agentes antrópicos que constroem, reconstroem e modelam o espaço geográfico.

Palavras-chave: Expansão urbana, Planejamento, Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação territorial nos mais variados ambientes é, desde os primórdios, um condicionante para impregnação das marcas das atividades que objetivaram esta ocupação. “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (SANTOS, 2002 *apud* FERNANDES, 2009).

Desta forma, a realização de estudos que visem formas de organização e re/organização espacial que mantenham uma estrutura urbana em comunhão com os preceitos sócio/humanos através de práticas ordenadas, torna-se um ponto chave nas iminentes discussões sobre este tema. As práticas sociais/econômicas exercidas no mundo contemporâneo para obtenção dos recursos “necessários” à manutenção das atividades humanas, dentro dos padrões considerados confortáveis se tornam, de sobremaneira, predatórias e prejudiciais à sociedade e ao equilíbrio mantido durante a história natural da terra e, em consequência, acaba desestabilizando também as relações alcançadas entre o homem e a natureza.

Esta pesquisa indica uma proposta de planejamento urbano, que é entendida como primordial, tanto para manutenção da sociedade, quanto para o pleno funcionamento dos futuros aglomerados urbanos. A natureza é transformada a partir das diferentes inserções humanas, de acordo com a necessidade da sociedade. Essas necessidades, em sua maioria, partem de um pressuposto capitalista que cada vez mais aumentam os meios de produção sem a devida prevenção dos desgastes que essa pode acarretar à natureza.

O objetivo geográfico, em geral, consiste em obter um conjunto de informações, para, possivelmente, desenvolver ações de planejamento, seja urbano, rural ou simplesmente, ambiental. Partindo desta ideia o planejamento se torna primordial para a melhor convivência e permanência do homem no habitat transformado por suas ações. A ocupação planejada tem a função de beneficiar a população através do desaparecimento ou redução dos problemas ditos como urbanos (PAULA e SALES, 2007). Portanto, é a partir dessa premissa que a

presente pesquisa foi elaborada, procurando levar em consideração que todos os fatores com os quais o homem constrói a sua história, estão integrados e devem ser estudados à luz do conhecimento científico.

Ao analisar esta proposta, mesmo superficialmente, se pode até supor que não há viabilidade de se desenvolver uma pesquisa com tal problemática (plano estratégico de planejamento urbano para pequenas cidades). Porém deve-se considerar que esta pesquisa consiste em integrar os elementos citados (campo/cidade) na elaboração de um planejamento urbano onde serão analisadas as relações entre estes dois elementos e desenvolver propostas de organização e reorganização.

Nesse contexto, pretende-se aplicar a modalidade de planejamento urbano que melhor se adeque ao objetivo proposto. Como estamos aqui nos referindo à ambientes urbanos e, em consequência, de grande importância social, pode-se integrar a este estudo a ideia de estratégias aliada ao plano diretor para que, desta forma, possa ser contemplada a manutenção do crescimento consciente, o desenvolvimento econômico e social.

Porém é válido lembrar, que já existem diversas formas de planejar na categoria que aqui está sendo apresentada, tendo como dispositivo institucional, por exemplo, o Plano Diretor, como saída para a prevenção do crescimento desordenado das pequenas cidades. Portanto, é esta premissa que nos motiva a criar formas práticas de planejamento que possam ser pensadas e aplicadas em âmbito local ou regional. Diante desta afirmação, se entende que é de fundamental importância a realização de estudos que visem uma exploração da temática citada, onde as produções impressas no espaço geográfico possam ser analisadas como instrumento de desenvolvimento social e não como entrave para as eminentes gerações.

Dessa forma, esta pesquisa envolve uma gama de benefícios que podem ser utilizados em prol do desenvolvimento local/regional contando também com a viabilidade de ser executada, considerando as formas de desenvolvimento das atividades acima citadas e outras que venham a se adequar ao que se pretende lograr ao término dos trabalhos de forma confiável e cientificamente segura.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Diante do tema proposto, apresentam-se nesse trabalho temas relevantes para se atingir os objetivos, obtendo-se uma fundamentação teórica para a futura pesquisa.

2.1 Desenvolvimento local e regional

Experiências de desenvolvimento local vêm ocorrendo no Brasil na última década (KRUTMAN, 2004) em um contexto de fortalecimento das organizações da sociedade civil e de controle social, nas quais se observa uma maior preocupação com a efetividade e eficiência das ações sociais no País.

Estratégias de mobilização e de envolvimento das comunidades no processo de mudança são centrais, pressupondo ampla participação social, desde a elaboração de um diagnóstico local até a formulação, implementação e monitoramento das ações, propondo gestão integrada nos diversos níveis da administração pública (federal, estadual e municipal), formação de parcerias e participação comunitária, sobretudo porque explicitam um compromisso com a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo (POTVIN & RICHARD, 2001; SULLIVAN *et al.*, 2002).

Dessa forma, a questão central diz respeito às carências sociais básicas e os níveis crescentes de violência que vêm desafiando as diversas administrações públicas, gerando um círculo vicioso e persistente de exclusão social. Tratam-se de questões que exigem, de fato, novos investimentos públicos em serviços sociais e infra-estrutura urbana de difícil solução a curto prazo. Tal é o caso de Itapororoca – PB e da maioria das pequenas cidades do Brasil, que concentra um contingente considerável de população de baixa renda, em um contexto social extremamente desafiador, já que, como nos revela Zaluar:

[...] é preciso, sobretudo restaurar as redes locais de reciprocidade positiva, reforçar as solidariedades enfraquecidas entre as gerações, intra e extra-classe, assim como, nas políticas públicas, abrir espaço

político para reconhecer e estabelecer parcerias com todas as formas de associações que promovem aquelas reciprocidades e solidariedades (ZALUAR, 1997 p42).

2.2 Importância dos planos de desenvolvimento no crescimento urbano

Na história recente do planejamento urbano brasileiro observam-se diferentes tentativas de compreensão e de ordenamento do espaço de nossas cidades. Utopias urbanas agora parecem dirigir-se não mais a uma urgente equidade na apropriação daquilo que a cidade tem a oferecer e daquilo que constitui o mínimo para aí se habitar; dirigem-se também, sem ignorar os objetivos anteriores, para tentativas de agregar aspectos naturais em um espaço que sempre se caracterizou pela desconstrução da natureza. Outros esforços se dirigem para uma utilização cada vez mais social da propriedade urbana e para uma incremental participação da comunidade (REZENDE, 2005).

O plano diretor municipal (PDM) e o planejamento estratégico municipal (PEM) são instrumentos de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerados, atualmente, de importância inquestionável. A realização de tais instrumentos deve mesmo ser compatibilizada com regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Estatuto da Cidade. No caso do PDM, o Estatuto da Cidade (2001) impõe não apenas o que se deve buscar com esse instrumento, mas avança inclusive para determinações de ordem metodológica e operacional:

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III – sistema de acompanhamento e controle.

Os princípios que norteiam o plano diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, onde esse plano está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. É

obrigatório para os municípios: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

Segundo Pfeiffer (2000) o PEM é um instrumento de gerenciamento que tem um único propósito: tornar a gestão de uma cidade mais eficiente. O enfoque estratégico no desenvolvimento local diminui as indecisões e favorece as transformações econômicas, sociais e políticas para tratar com coerência a multiplicidade de iniciativas sobre o município, buscando um consenso entre os múltiplos atores (inclusive o governo) na seleção de um futuro desejável e factível.

Para Lopes (1998) o PEM tem como objetivo principal a coordenação dos vários níveis e funções estratégicas de uma cidade em um projeto global, considerando a missão, as estratégias, o orçamento e o controle dos objetivos das ações municipais. Motta (2004), por sua vez, reitera que o planejamento da cidade é uma forma de aprendizado sobre as demandas e necessidades externas e a capacidade de resposta da administração municipal para revelar expectativas e referências de valor, essenciais a um grupo de trabalho.

Antes de iniciar a elaboração de um projeto de PEM em uma cidade é necessário dedicar tempo à sua organização, onde podem ser trabalhadas as seguintes atividades: definição da metodologia do projeto; constituição da equipe multidisciplinar e comitês; divulgação do projeto (na prefeitura e no município); capacitação das pessoas envolvidas; elaboração dos planos de trabalho; e formalização dos procedimentos de gestão do projeto PEM.

2.3 Implantação de Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) nas pequenas cidades

A cidade atingiu papel determinante no mundo contemporâneo. Segundo Choay (1985), a cultura ocidental, ao aprofundar o conhecimento de si e de suas realizações, percebe a cidade como seu símbolo mais eloqüente. A cidade atingiu papel determinante no mundo contemporâneo. O autor supra citado afirma que a

cultura ocidental, ao aprofundar o conhecimento de si e de suas realizações, percebe a cidade como seu símbolo mais eloqüente.

Santos (1994) e Spósito (1999), afirmam que nas novas conformações da urbanização da contemporaneidade, a cidade incorpora representações diferenciadas, materiais ou não: internamente, na fragmentação do tecido e morfologia urbana e, externamente, pela extrapolação dos limites físicos por meio do fluxo da comunicação mediatizada nos âmbitos nacional e internacional. O primeiro autor acima citado acredita que o espaço urbano globalizado é marcado por relações sociais, econômicas e culturais em constante e acelerada mutação. A par desses processos, também a questão relativa ao meio ambiente é evidenciada pela degradação socioambiental generalizada.

A questão habitacional, de infra-estrutura e ambiental configuram-se num dos maiores desafios para o poder público. Antes mesmo de melhoria dos padrões habitacionais existentes ou utilização de materiais e processos que causem menos impacto ao ambiente, configurando um problema social e de responsabilidade do Estado (MENDONÇA, 2001). Nesse aspecto, é interessante verificar a escala assumida pelo problema das ocupações irregulares da área, em especial, no município de Itapororoca, objeto da presente pesquisa.

Apesar das pequenas cidades, em sua maioria, não apresentarem ainda uma execução do Plano Diretor, como um plano de desenvolvimento urbano, torna-se de fundamental importância o seu prévio estudo a partir da análise de sua expansão populacional, para que o mesmo possa ser implantado no tempo certo que a Constituição Federal de 1988 determina. Para tanto, é necessário que estes municípios pensem sobre a forma de ocupar o espaço e como este pode ser organizado já que, em sua maioria, as iniciativas começam a ser tomadas quando não há mais condições de (re) organizar este espaço.

Os principais objetivos do Plano Diretor Municipal - PDM são: Orientar a política de desenvolvimento do Município; Garantir a função da propriedade urbana; Promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade; Garantir o bem-estar do munícipe e a melhoria da qualidade de vida; Assegurar que as ações relativas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo ocorram de forma planejada e participativa; Garantir aos cidadãos canais de acesso para participação na formulação das

políticas públicas; Promover a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e construído; Garantir que os benefícios e ônus decorrentes de obras e serviços municipais sejam distribuídos de forma justa à população; Coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor; Incentivar a produção agropecuária, levando em conta as características ambientais (SANT'ANA, 2006).

O conceito teórico do plano diretor inclui o zoneamento como ferramenta indispensável para a sua execução (CARVALHO, 2000). A finalidade que norteia esse ordenamento depende da destinação do zoneamento. No caso de zoneamentos urbanos, a finalidade principal é ordenar o crescimento e o desenvolvimento das cidades. De acordo com BRAGA (2001), o zoneamento deve partir de um macrozoneamento, o qual prevê a definição da zona urbana; zona de expansão urbana; zona rural e macrozonas especiais, como, por exemplo, áreas de proteção ambiental, áreas de ocupação especial, etc.

a) Zoneamento Urbano - O zoneamento da área de expansão urbana prevê o crescimento horizontal da malha urbana, no qual se devem eleger os locais mais apropriados para o uso urbano do solo em suas diversas modalidades. O zoneamento urbano, enquanto padrão, segundo CARVALHO & BRAGA (2001), compreende, no geral, oito zonas: Z1 – uso estritamente residencial, densidade demográfica (dd) baixa; Z2 – uso predominantemente residencial, dd baixa; Z3 – uso predominantemente residencial, dd média; Z4 – uso misto, densidade média alta; Z5 – uso misto, densidade alta; Z6 – uso predominantemente industrial; Z7 – uso estritamente industrial, e Z8 – usos especiais.

b) Zoneamento Rural - procurando suprir a falta de informações em escala adequada para o zoneamento rural, como parte de um PDM, foram elaborados, com as informações disponíveis, os seguintes mapas temáticos: Vocação Agrícola (solos x declividades x clima = sete classes com respectivas adequabilidades e restrições); Risco à Erosão (solos x declividades x uso e ocupação), a partir de adaptação de metodologia proposta por BERTINI & LOMBARDI NETO (1990). Em virtude do tempo disponível para elaboração do PDM e da limitação de recursos financeiros, estes mapas, assim como Zoneamento Rural/Ambiental, foram confeccionados levando em conta apenas variáveis do meio físico. Tais mapas foram obtidos empregando-se o método de superposição de cartas, cruzando-se

Planos de Informações - PIs, temáticos que resultaram em Classes ou Zonas, através da ordem de prioridade dos PIs, utilizando-se de recursos existentes no ArcGIS, dados encontrados no município de Tambaú no Estado de São Paulo, município com aproximadamente 18.000 habitantes (GARCIA, 2010).

a) *Aspectos positivos*: Geológicos – abundância de materiais para construção civil e matérias-primas cerâmica; Geomorfológicos (Relevo)/Pedológicos - o relevo pode ser abordado sob dois aspectos. Um deles relaciona-se com a agricultura, onde as áreas menos declivosas são as mais propícias à mecanização, com menor custo de conservação de solos e menor possibilidade de riscos à erosão. A este respeito, verifica-se que 53,80% das terras agricultáveis apresentam declividade de até 6,0%, indicando a necessidade de medidas conservacionistas de baixa intensidade.

b) *Aspectos negativos*: A agropecuária apresenta-se com baixo nível tecnológico, provavelmente porque os agropecuaristas possuem baixo nível educacional/informativo; a produção do setor cerâmico é de baixo valor agregado, portanto com grande potencial para aumentar o nível tecnológico; a indústria mecânica apresenta bom nível, mas a falta de mão de obra qualificada é sensível, assim como a inexistência de uma cadeia produtiva local;

O PDM é o principal instrumento da política urbana e do desenvolvimento físico e espacial de um município. Para realizar tais propósitos, é fundamental a aplicação da metodologia mais adequada, que viabilize e norteie o pleno desenvolvimento na reorganização desse espaço.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Os processos adotados para a realização do trabalho constaram das etapas de gabinete e campo. Para atingir os objetivos propostos, iniciou-se, em um primeiro momento, o levantamento de dados, com uma revisão literária de obras de autores renomados, com referências nas visões de expansão urbana.

Para realização da presente pesquisa, foi necessária a realização de consultas a órgãos públicos e privados como bibliotecas de Universidades, e *sites* que atendam as exigências necessárias para obtenção de dados seguros e confiáveis para elaboração da pesquisa. Trata-se de levantamento de vital importância na construção das discussões teóricas sobre o tema abordado e na obtenção de informações que foram vivenciadas na prática durante a realização dos trabalhos de campo.

A pesquisa de campo desempenhou função primordial e foi realizada em toda a área urbana do município de Itapororoca no Estado da Paraíba, onde teve como objetivos a identificação das atividades antrópicas desenvolvidas na área de estudo; a verificação da área em expansão e área de aplicação do plano de desenvolvimento.

Na análise e sistematização dos dados foram relacionadas todas as informações adquiridas através das atividades descritas anteriormente, onde os mesmos foram analisados de forma que indicassem os problemas existentes em decorrência dos processos físicos e humanos que são efetuados nos territórios estudados e as formas de intervenção para a prevenção desses espaços. Depois desta análise realizou-se uma sistematização cruzando todas as informações em busca de uma visão da realidade atual e da compreensão desse ambiente urbano.

Pretende-se com este trabalho revelar a possibilidade de crescimento ordenado sem danos sociais, a partir do planejamento, além de disponibilizar a quem for de interesse, uma ferramenta confiável para ajudar na realização de iminentes planejamentos territoriais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo expõe e discute os resultados da pesquisa. Revelam-se as contribuições de conhecimento do estudo apresentado, com o intuito de melhorar a explanação e o desenvolvimento lógico para a apresentação dos resultados, que foram relatados a partir dos objetivos específicos traçados desse trabalho.

4.1 Localização e Caracterização da Área de Estudo

O município de Itapororoca está localizado no Estado da Paraíba na Mesorregião da Mata Paraibana, na Microrregião do Litoral Norte, possui uma área de 146 km², altitude de 81 metros e sua distância da capital (João Pessoa) é de 52,9 km, limita-se, ao Norte, com o Município de Curral de Cima, ao Sul, com Cuité de Mamanguape e Capim, ao Leste com Mamanguape e a Oeste, com Araçagi (CPRM, 2005).

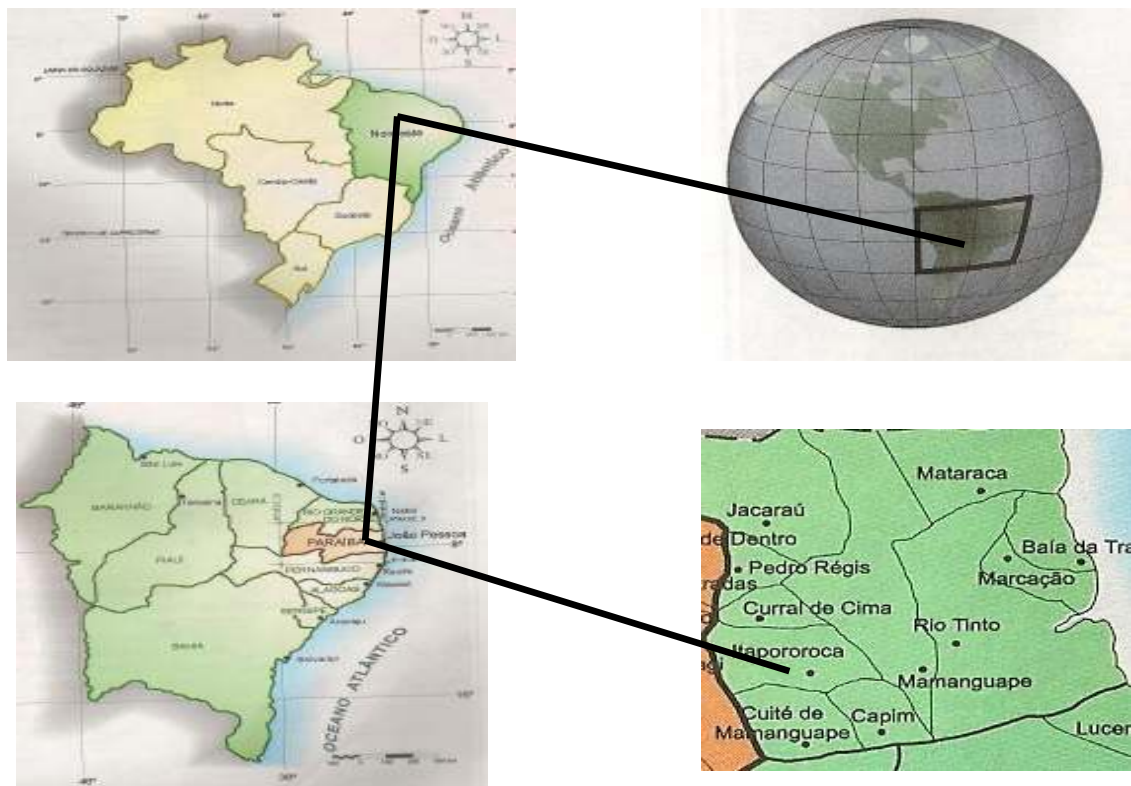


Figura 1: Localização geográfica do município de Itapororoca/PB
Fonte: IDEME, 2002.

Formada por uma composição cenozóica (areia, cascalho e níveis de argila), mesozóico (vulcânicas félsicas) e neoproterozóico (granito). Os Tabuleiros Costeiros formam a unidade geoambiental na qual o município está inserido, compreende platôs de origem sedimentar que apresentam grau de entalhamento variável, com vales estreitos e encostas abruptas (CPRM,2005).

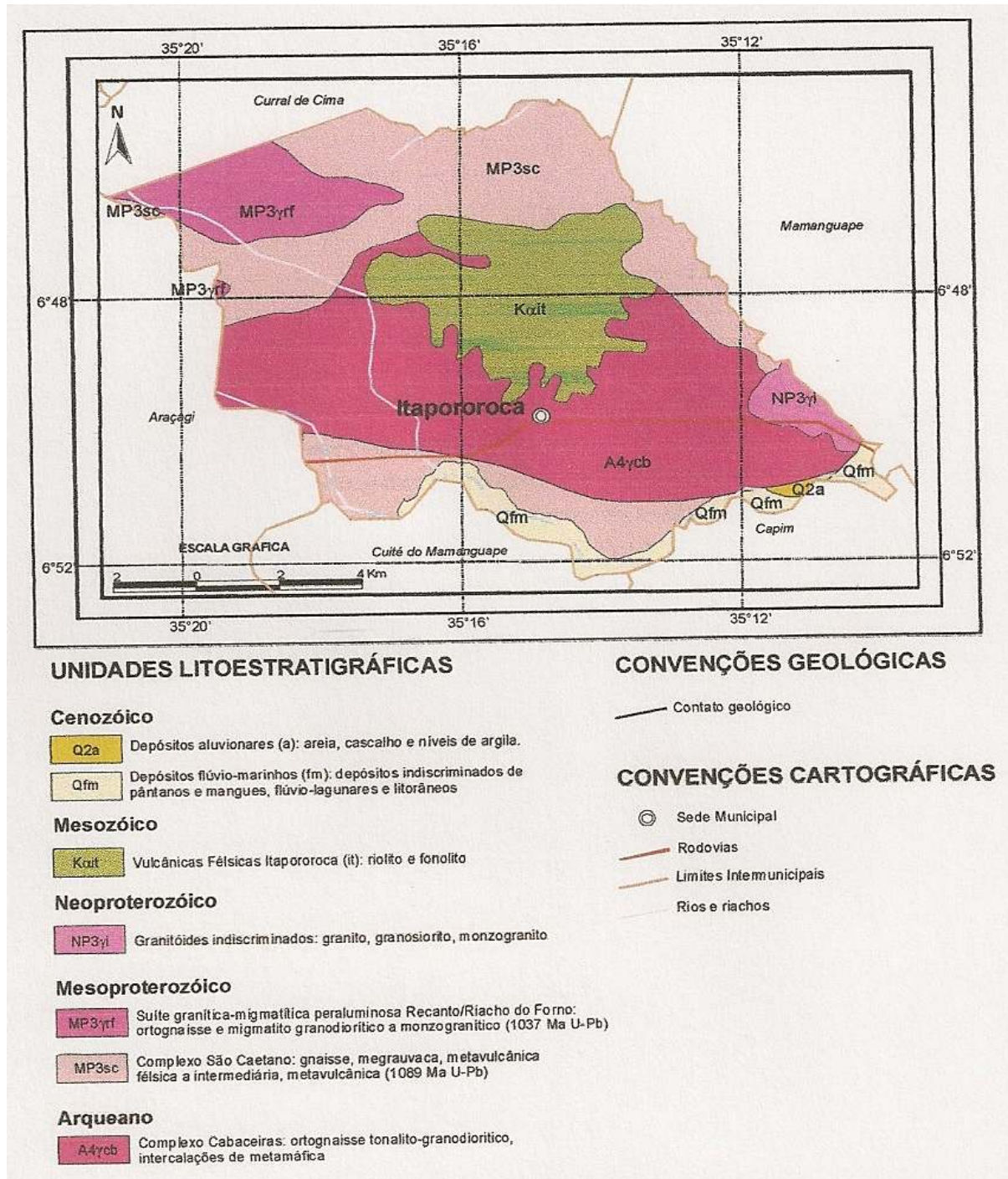


Figura 2. Geologia do município de Itapororoca-PB.
Fonte: CPRM, 2005.

De acordo com dados do IBGE (2010), o clima é predominantemente tropical úmido, com períodos de chuvas que vão de fevereiro e término em outubro, tendo uma precipitação média anual de 1.634.2 mm, com temperaturas médias anuais de 25°C. A vegetação é predominantemente formada por Mata Atlântica do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado/ Floresta. A Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape abrange o município de Itapororoca, tendo como principais afluentes os rios Ipioca, Rio Itapororoca e Rio Carnaúba. Com um regime de água de escoamento intermitente e padrão de drenagem dendrítico. Ainda encontramos muitos lagos/lagos, açudes, riachos e uma fonte no Parque Municipal da Nascente que abastece toda a população da cidade.

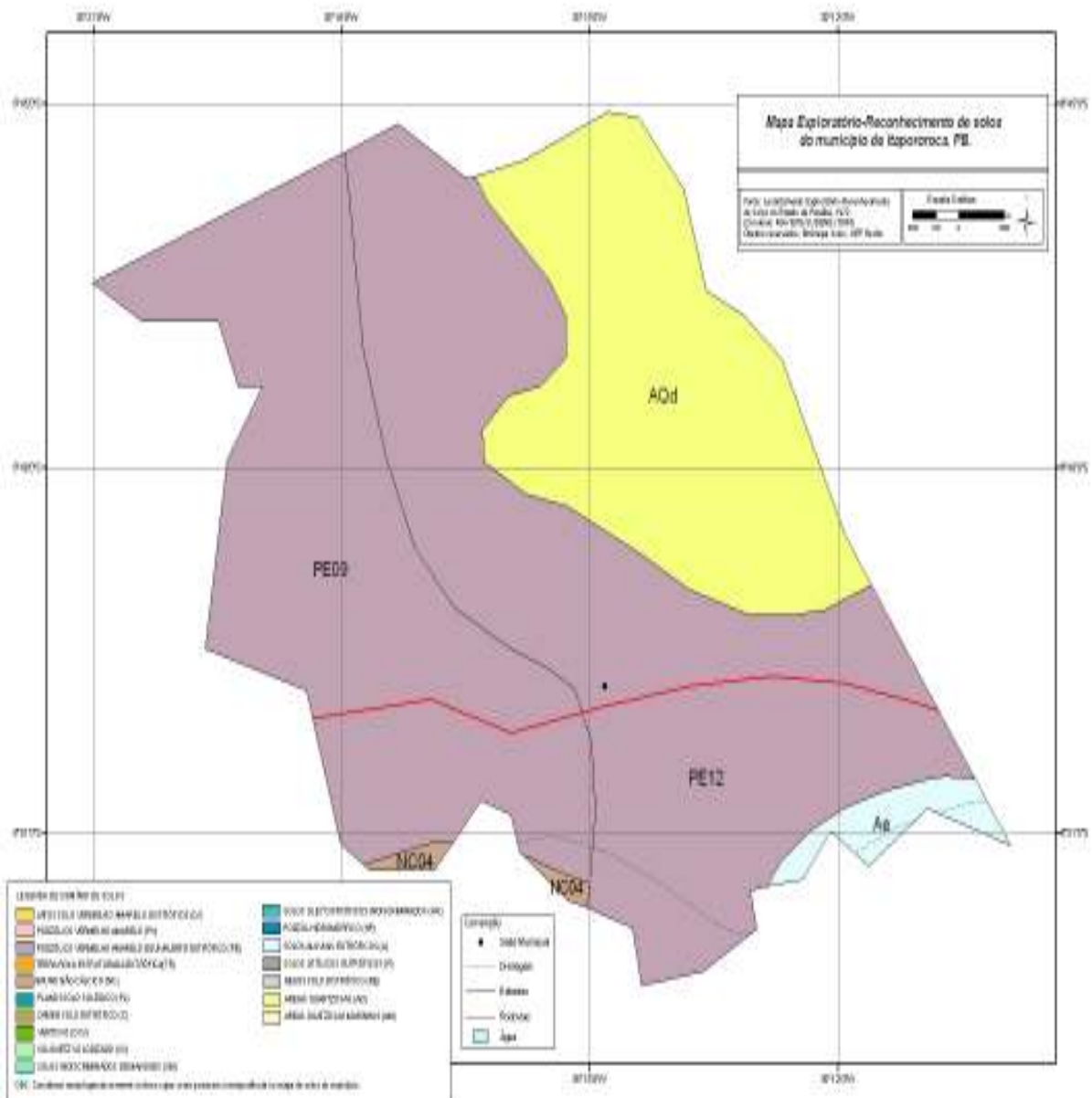


Figura 3. Solos do município de Itapororoca-PB.
Fonte: EMPRAPA SOLOS

Em síntese, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural, representados pelos Latossolos e Argissolos, nos topos de chapadas e topos residuais; pelos Argissolos com fragipan, Argissolos Plínticos e Podzóis nas pequenas depressões nos tabuleiros; pelos Podzólicos Concrecionários em áreas dissecadas e encostas e Gleissolos e Solos Aluviais nas áreas de várzeas. Podemos ainda destacar a oeste do município, parte de sua área que está inserida na unidade geoambiental das Depressões Sertanejas (CPRM, 2005).

4.2 Migração campo-cidade no município de Itapororoca/PB

Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população de Itapororoca é de 16.997 habitantes, sendo 8.560 homens e 8.437 mulheres. Ainda com base em IBGE (2010), podemos identificar uma forte predominância populacional na zona urbana do município. A população de Itapororoca é de 10.856 habitantes na cidade e a da zona rural é de 6.141 habitantes, o que representa um percentual de 64% e 36% para as zonas urbana e rural, respectivamente.

Tabela 1 População Total, Urbana e Rural do município de Itapororoca/PB em 2010

Zona	População/Habitantes	Percentual
Urbana	10.856	64%
Rural	6.141	36%
Total	16.997	100%

Fonte: IBGE, 2010

Segundo Peixoto (1978), a população rural deixou de crescer, ao ponto de declinar, em função da migração dos campos para a cidade, motivados pela falta de estrutura no campo tais como: condições hospitalares e a própria violência rural relatadas, por muitos ruralistas; a mecanização no campo e falta de oportunidade de estudo vem proporcionar às famílias rurais a necessidade intensa da busca educacional nas áreas urbanas nas pequenas cidades.

O município de Itapororoca, na década de 70, segundo o censo demográfico do IBGE (2001) tinha uma população urbana de 2.193 habitantes e população rural de 9.585 habitantes. Neste período atividades econômicas como agricultura e pecuária, eram comuns na região e oferecia sustentabilidade para distribuição populacional do município (Gráfico 1).

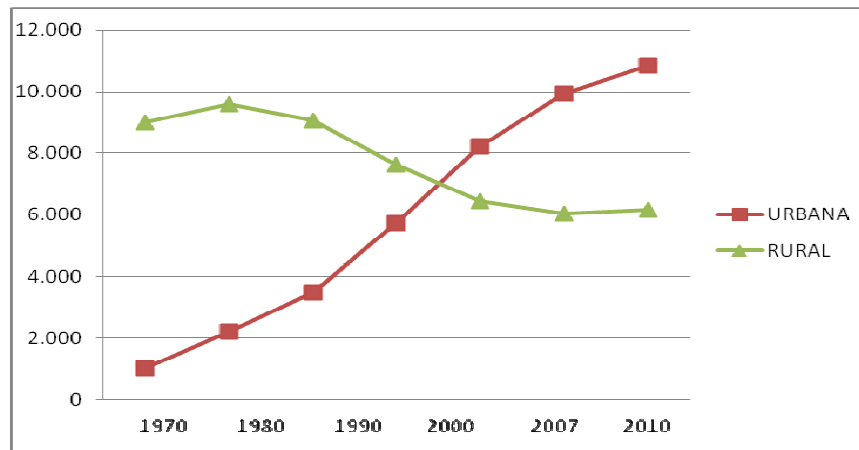


Gráfico 1. Evolução da população urbana e rural do município de Itapororoca/PB entre 1970-2010
Fonte: IBGE 2010 – Censo Demográfico (adaptado).

Na década de 1970, Itapororoca recém emancipada (1961), apresentava crescimento relativo, nada que difere em comparação a outras cidades nesta fase de crescimento urbano e econômico. A avenida principal que corta a cidade (José Rodrigues de Carvalho, Padre João Madruga e Cônego Faustino), já existia muito antes de sua emancipação, pois era de onde comerciantes que demandavam de João Pessoa na Capital, passavam para o comércio com Guarabira, no Agreste paraibano. Devido a este fluxo comercial criado em Itapororoca, vários estabelecimentos foram construídos, tanto para abrigar os tropeiros como para o próprio comércio que aos poucos se intensificava. Itapororoca já contava, além do centro da cidade, com o Bairro do Cruzeiro, terras doadas ao povo pelo prefeito Humberto Espínola Guedes.

O censo Demográfico do IBGE, na década de 1980, nos mostra que mais de 60% da população residia na zona rural, determinando assim que o ritmo econômico provinha das áreas rurais do município. Grande parte dos jovens da cidade estudava nas zonas rurais, pois estas disponibilizavam, de grupos escolares para as séries iniciais. Quando adquiriam o avanço educacional eram obrigados a irem para zona rural, e indo mais além, migrava para a cidade mais próxima, Mamanguape.

Depois da década de 1990, como mostra dados do IBGE, a população urbana se aproxima da rural, onde o êxodo rural se torna mais expressivo. A migração do campo para a cidade refletiu em algumas atividades econômicas, entre elas a pecuária e a agricultura, que sofreu significativas mudanças, como por exemplo, o cultivo do abacaxi para exportação, que cresce a cada ano.

No ano de 2000, com o resultado do censo demográfico do IBGE o município de Itapororoca passa a ser mais uma cidade urbana do mundo com aproximadamente 8.880 pessoas vivendo na cidade e 6.819 pessoas vivendo no campo, afirmando assim o processo de urbanização. Os dados referentes a este período, são similares aos encontrados no município de Solânea nesta mesma época por OLIVEIRA (2009).

De 2000 a 2010 a diferença total entre população urbana e rural era 4,715 habitantes o que leva a discutir os motivos desse resultado, já que tivemos a inversão de ocupação territorial do município de Itapororoca na década de 70, quando aproximadamente 70% da população vivia no campo, enquanto que em 2010 64% da população está na cidade.

4.3 Crescimento Urbano do Município de Itapororoca – PB

Segundo Ariza & Santos (2008), quando se pensa em planejar o espaço, tem que se pensar no todo, em seus diversos atributos (sociais, econômicos e culturais). O declínio da população rural e a expressiva ocupação urbana modificam as necessidades da população que continuava a procurar melhores condições de vida e ocupa a cidade em vários pontos.

A produção espacial da cidade de Itapororoca começa a se configurar a partir do acesso que a avenida principal oferece à cidade, dando possibilidades para o fluxo de pessoas e a comercialização, que resulta na ocupação dos espaços. A cidade começa a crescer do centro para periferia, onde muitos bairros surgem com perfis antagônicos e com populações diferenciadas. Todo fluxo comercial é concentrado em seu centro, pois é nesse espaço que está os principais empreendimentos de serviços que abriga o dinamismo econômico deste município. A agricultura, base forte da consolidação dessa economia, migra da zona rural para

ganhar espaço na urbana em suas negociações e especulações de vendas e trocas diariamente.



Figura 4. Vista aérea do Município de Itapororoca-PB em 2011

Nas últimas décadas o crescimento urbano de Itapororoca, está pautado no crescimento que parte do centro para a periferia. Residir hoje no centro da cidade, já não é mais status de nobreza como se registrava no passado. Esse fato começa a declinar de forma contrária, desde que a centralidade passou a receber os setores de serviços e girar a economia do município, passando de habitacional para comercial. Portanto, a oferta de crescimento horizontal em direção as bordas da cidade tomaram liderança nas últimas décadas, onde observamos surgimentos de bairros que vão de luxuosos a meramente periféricos. Os que despontam luxo, estão presentes na forma de organização e estrutura das habitações que ali se fazem presentes, já os demais encontram-se como era de se esperar carente de estrutura habitacional em todos os sentidos.

Outro fator que é de grande relevância são as áreas que servem de especulações imobiliárias para futuros bairros. Apesar da falta de um Plano que norteie o crescimento dessas áreas, elas crescem sem precedentes e a cada ano mais e mais. As empresas privadas do ramo da construção civil planejam nessas áreas, verdadeiros “condomínios fechados” com contratos de infra-estrutura e lazer jamais vista em bairro qualquer da cidade, mas devido a falta de planejamento essas

áreas acabam não obedecem a esses contratos, que em sua maioria não passam de propagandas para que a especulação aumente e as vendas sejam concretizadas.



Figura 5. Loteamento Cidade Alta em Itapororoca/PB



Figura 6. Loteamento São João em Itapororoca/PB

Dessa forma, tanto os bairros que despontam grandes habitações como os que são privados delas, apresentam falhas em sua infra-estrutura, já que a falta de planejamento lideram esta essas áreas. Serviços como saneamento básico, iluminação, áreas de lazer, recreação expansão, dificultando o acesso, a convivência e ordenamento adequado a e planejamento, foge da realidade e máscara o espaço urbano, que se detém a quantidade e foge da qualidade.

O crescimento horizontal do município de Itapororoca tem proporcionado problemas que, pela falta de planejamento, chegam a ser quase que insolúveis aos olhos da população e do próprio poder público que, a todo o momento se exime de sua responsabilidade. Podemos destacar, dentre tantos observados em pesquisa *in loco*, que a falta de água para abastecimento da população vigente é um problema notório e que lideram os índices de reclamações; Devido ao grande contingente populacional que a cidade vem comportando e pela capacidade de abastecimento que as fontes suportam, temos um intenso período de escassez de água em vários bairros que, segundo relatos no decorrer da pesquisa, a falta desse recurso em alguns bairros chega a durar dias, provocando um verdadeiro caos urbano na rede de abastecimento de água. Os gestores ainda não conseguiram solucionar este problema, já que a cidade não é abastecida por órgão privado e sim pela própria fonte que a abastece, proporcionando um desleixo com o bem público e o mal-estar da

população que tanto necessita deste recurso, aumentando assim o problema urbano.

QUADRO 1. Mapa da Expansão Urbana do município de Itapororoca/PB em 2012

ITAPOROROCA - PB



QUADRO 2. Marco da transformação Urbana do município de Itapororoca/PB de 1970 a 2012



1970 a 1980



1980 a 1990



1990 a 2000



2000 a 2009



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos problemas mais notórios averiguados na área observada está relacionado à falta de planejamento urbano do município, já que os bairros crescem sem precedentes e sem o mínimo de bem-estar à população.

Portanto, a proposta principal da presente pesquisa é promover um processo de conscientização dirigido ao poder público e à sociedade civil organizada para que os mesmos comecem a pensar e discutir a elaboração de um Plano Diretor para o município, aonde afirma que as cidades com cerca de 15.000 habitantes já podem elaborar seu plano diretor para ordenar o pleno desenvolvimento da propriedade urbana, e desenvolver políticas de desenvolvimento que venham sanar os iminentes problemas urbanos.

Para efetuar tais pesquisas, foi necessário o estudo *in loco*, já que o governo municipal não disponibilizava de quaisquer informações sobre a forma de ocupação dos bairros que cresceram.

Diante disso tudo se faz necessário pensar na urbanização como um benefício que promova o desenvolvimento e bem-estar da população, e não o desconforto, onde o que deveria ser desenvolvimento acaba se transformando em mais um problema urbano.

Dessa forma, observamos que o avanço urbano de Itapororoca, promoveu para este município dados apenas quantitativos, pois a expansão horizontal nos mostra o crescimento desordenado e sem planejamento, que se efetivou e vem ganhando proporções maiores a cada ano. Os problemas de infra-estrutura básica se tornam mais vigentes em áreas onde não há ordenamento, provocando uma onda de desencontros entre os agentes que produzem e reproduzem esse espaço.

Portanto é de essencial importância, repensar nas formas que estes espaços estão sendo reproduzidos e da responsabilidade de nortearmos para um planejamento pleno e eficaz, através dos dispositivos previstos, como o Plano de Desenvolvimento dos Municípios e o Plano Diretor, que nos ajudam a melhor repensar e reorganizar o espaço. Diante disso tudo se faz necessário pensar na urbanização como um benefício que promova o progresso e bem-

estar da população, e não o desconforto, onde o que deveria ser progresso acaba se transformando em mais um problema urbano.

REFERÊNCIAS

ARIZA, C.G. SANTOS, D.S. Qualidade ambiental e planejamento urbano. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v9, n. 26, p. 224 – 242, jun. 2008.

BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e zoneamento urbano. In: CARVALHO, P.F.; BRAGA, R. *Perspectiva de gestão ambiental em cidades médias*. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. p.95-109.

CARVALHO, P.F. Instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. *Estatuto da cidade: política urbana e cidadania*. Rio Claro: LPM-UNESP, 2000, p.41-59.

CUNHA, J.M.P. da. **Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise** . *São Paulo Perspec.* [online]. 2005, vol.19, n.4, pp. 3-20. ISSN 0102-8839.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil – **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Itapororoca, estado da Paraíba/Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Júnior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunado de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM,2005.

BERTINI, J.; LOMBARDI NETO, F. *Conservação do solo*. São Paulo: Ícone, 1990. p.25-32.

CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidades. 2. ed. Brasília:Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

GARCIA J. Gilberto. O uso de geotecnologias no planejamento ambiental: o plano diretor municipal de Tambaú – SP, 2012. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>

Krutman HM 2004. *Fatores críticos no êxito de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE. Rio de Janeiro, 142pp.

LOPES, R. *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.4, pp. 21-33. ISSN 0102-8839.

MENDONÇA, Francisco. Artigo Científico: Planejamento Urbano-Regional e Crise Ambiental. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

MOTTA, P. R. Gestão estratégica. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

OLIVEIRA, F.L.B. **Problemas ambientais promovidos pelo processo de transformação e ocupação do espaço da cidade de Solânea-PB**. 52 f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, G.A. **Redefinição da centralidade urbana em cidades médias**. *Soc. nat. (Online)* [online]. 2008, vol.20, n.1, pp. 205-220. ISSN 1982-4513.

PFEIFFER, P. *Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem*. Brasília: Enap, out. 2000. Textos para Discussão, n. 37

Potvin L & Richard L 2001. The evaluation of community health promotion programs. *Evaluation in Health Promotion. Principles and Perspectives*. World Health Organization, Copenhagen: 213-240. Potvin L & Richard L 2001. The evaluation of community health promotion programs. *Evaluation in Health Promotion. Principles and Perspectives*. World Health Organization, Copenhagen: 213-240.

REZENDE, Denis Alcides. Artigo Científico: Plano Diretor e Planejamento Estratégico: introdução teórico conceitual. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/05.pdf>.

SANT'ANA, A.M. *Plano Diretor Municipal*. São Paulo: LEUD, 2006. 272 p

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo, Hucitec, 1994

SPOSITO, M.E.B. "A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais." In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A. e SEABRA, O.C. de L. (orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo, Contexto, 1999.

SILVA, E.J.C. **Análise do Crescimento Demográfico na Cidade de Itapororoca-PB (Período: 1997 a 2007)**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia, 2008.

ZALUAR. A 1997. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 12:29-47.